

# NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE ESTUDO DE ELITES

**Renato M. Perissinotto**

**Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - NUSP**

**Universidade Federal do Paraná - UFPR**

## APRESENTAÇÃO

Este texto tem como objetivo discutir algumas questões de natureza metodológica. A sua intenção é servir como ponto de partida para a construção do instrumento de coleta de dados a ser utilizado (seja ele qual for: planilha, questionário ou, se for caso, cada um deles aplicados a dados diferentes). É preciso deixar claro que a estrutura deste texto segue explicitamente as orientações presentes nos quatro primeiros capítulos do livro de Robert Putnam (1976).

Dessa forma, o texto está dividido em três partes que representam, a meu ver, os temas fundamentais no estudo das elites políticas, quais sejam: dados pessoais, familiares e socioeconômicos, recrutamento político e valores políticos. A primeira parte divide-se em três partes (de “a” a “c”) que reproduzem o que se pode encontrar com facilidade na literatura a respeito deste tema. A segunda parte – recrutamento político – esta dividida em dois subitens (“a” e “b”) e visa discutir como é possível identificar os mecanismos institucionais que fazem a seleção daqueles indivíduos que serão conduzidos às posições de elite. A terceira parte diz respeito às crenças e valores da elite e é apresentada de acordo com três divisões (de “a” a “c”). É importante observar que os textos que discutem o problema dos “valores políticos” são generosos o bastante para reproduzirem os questionários utilizados na forma de apêndice. Por essa razão, após uma breve justificativa para a presença deste tema na nossa pesquisa, faço a apresentação dos três itens da segunda parte já na forma de um questionário. As questões foram tiradas de textos lidos, às vezes literalmente, às vezes adaptando-as, e algumas foram sugeridas por mim. Fiz algum esforço no sentido de dar a elas alguma estruturação, mas certamente falta muito a fazer nesse sentido. Gostaria de insistir que as questões apresentadas nesse texto são apenas sugestões para que a nossa discussão tenha início numa base um pouco mais segura. Por fim, a parte que inicia o documento, intitulada “dados pessoais”, pretende registrar algumas informações muito genéricas, mas ainda assim importantes do ponto de vista operacional,

## **1. DADOS PESSOAIS, ORIGENS FAMILIARES, DADOS SOCIOECONÔMICOS.**

As variáveis discutidas nesta parte visam dar conta da questão da origem de classe da família dos indivíduos pesquisados por nós (ver, por exemplo, Love e Barickman, 1991, p. 7-8 e Cayrol e Perrineau, 1982, p. 102) e ver se, em comparação com os dados desses mesmos indivíduos, é possível identificar um processo de mobilidade social (ascendente ou não) e se esta pode, de alguma forma, estar ligada à trajetória política. Podemos saber aqui também em que medida a “atividade política” é uma tradição na família. Podemos incluir, então, as seguintes informações:

### **a) Técnicos**

Identificação do setor da elite em que vai ser registrado (administrativo, político, partidário, econômico, social, “híbrido”<sup>1</sup>).

Identificação dos períodos (1995-1998; 1999-2003 ou ambos) em que o indivíduo atuou como membro do grupo analisado<sup>2</sup>.

### **b) Pessoais e Familiares**

#### **1) Pessoais**

nome:

data de nascimento:

local de nascimento:

idade (faixa de idade):

cor (questionário):

gênero:

religião (questionário):

ocupação:

---

<sup>1</sup> O “híbrido” (ou qualquer outro termo que se queira dar) refere-se ao indivíduo que transita de diferentes maneiras por diversos setores da elite (penso em especial na relação entre deputados e secretários de Estado). Podemos pensar em códigos para cada situação. Podemos imaginar um “híbrido” para os diversos períodos do governo Lerner. Por exemplo: deputado no primeiro período/secretário no segundo; secretário no primeiro/deputado no segundo; deputado e secretário no primeiro período/deputado e secretário no segundo período; deputado e secretário nos dois períodos.

<sup>2</sup> Questão operacional: no que se refere às questões de carreira política, quando um indivíduo estiver presente nos dois períodos, devemos levar em consideração a sua trajetória política até o segundo período ou até o primeiro período?

escolaridade (nível, formação, instituição):

## **2) Cônjuge**

nome:

ocupação:

escolaridade (nível, formação, instituição):

atividade política:)

## **3) Pais do entrevistado (questionário?)**

nome:

ocupação:

escolaridade (nível, formação, instituição):

atividade política:

## **4) Pais do cônjuge (questionário?)**

nome:

ocupação:

escolaridade (nível, formação, instituição):

atividade política:

Cayrol e Perrineau observam que a lista de profissões/ocupações a ser aplicada ao membro da elite política deve servir também para identificar as profissões dos pais e avós (p. 102). Esta é uma importante observação metodológica, pois somente assim poderemos tirar alguma conclusão sobre a mobilidade social dos filhos em relação aos pais/avós. McDonough inclui dados ocupacionais sobre os pais da esposa (1981, p. 77, tabela 1.6), visando assim saber se o casamento serviu como fator de mobilidade social ou não. Essa inclusão é interessante, pois com essa bateria de questões poderíamos identificar já alguns dados importantes quanto ao parentesco do entrevistado.

É importante coletar informações sobre os pais/avós para além de sua ocupação, pois ao identificarmos também o nível de escolaridade e a presença ou não de atividade política, podemos trabalhar com a hipótese não apenas da “mobilidade social”, mas também da “mobilidade educacional” e da “mobilidade política”. McDonough (1981, p. 74, figura 1.4), por exemplo, apresenta um gráfico em que ele mostra, em cada setor de elite que ele analisa, a quantidade de indivíduos que obtiveram diploma universitário e cujos pais não tinham cursado a universidade, revelando, assim, as diferenças quanto à “mobilidade educacional” nos diversos setores (quanto a esse ponto, são impressionantes os dados relativos ao funcionalismo público).

Estes dados, que podem incluir ainda outros itens, dependendo do objeto a ser analisado, tem como objetivo identificar alguns atributos do indivíduo. Podemos lembrar aqui as considerações de Robert Putnam (1976, p. 57) sobre as credenciais que os aspirantes aos postos de elite precisam mostrar, mesmo depois de terem transposto as barreiras socioeconômicas e institucionais. Ele identifica credenciais de dois tipos: as “atribuídas” e as “conquistadas”<sup>3</sup>. Este conjunto de informações identificaria algumas qualidades atribuídas, isto é, que pertencem ao indivíduo em função do seu nascimento biológico (raça, sexo) ou do seu nascimento social (religião, linhagem, estamento, família). Aqui analisamos essas qualidades por meio das variáveis raça e sexo. A religião, numa sociedade como a nossa, é uma qualificação quase sempre conquistada.

### **c) Algumas considerações sobre a pesquisa da ocupação e da escolaridade**

Apresento abaixo os subitens que, a meu ver, devem compor o estudo sobre os atributos socioeconômicos da elite política. Putnam (1976), nos capítulos 2 e 3 de seu livro, sugere estudar a elite política a partir de duas dimensões: a relação desse grupo com a estrutura social e a relação desse grupo com o sistema de recrutamento. Neste item, faremos referências apenas aos atributos socioeconômicos que um indivíduo precisa ter para ser alçado a posições de elite. Estes dados poderão nos revelar algo sobre a relação entre estrutura social e tipo de elite.

Na verdade, os dados socioeconômicos são uma parte do sistema de recrutamento (que é sempre um sistema de seleção, de filtragem), ou seja, informam acerca da primeira barreira que um indivíduo deve transpor para chegar às posições de elite. Sendo assim, poderíamos dizer que existe dois sistemas de recrutamento: um, socioeconômico; outro político. Desse ponto de vista, o objetivo primeiro de um estudo de elites políticas não é uma análise do comportamento desse grupo no processo decisório, mas sim saber em que medida as características desse grupo nos revelam algo sobre a estrutura da sociedade a que ele pertence. Nós podemos ter uma idéia dessa estrutura social comparando os atributos socioeconômicos desse grupo com os atributos de mesma ordem partilhados pela população em geral. Assim, no segundo capítulo do seu livro Putnam se preocupa em caracterizar esse grupo do ponto de vista da posse dos seguintes atributos: ocupação, origem social (familiar), educação, raça, gênero e origem geográfica. A questão fundamental de pesquisa seria: existe alguma relação entre “estratificação social” e “estratificação política”? Ou por outra, a elite política representa proporcionalmente todas as camadas da população (modelo da independência) ou, ao contrário, é recrutada preferencialmente num único estrato socioeconômico (modelo da aglutinação)? Esta questão nós podemos responder identificando as variáveis sugeridas no item “a” (origem familiar), “b” (origem socioprofissional e de classe) e “c” (escolaridade).

#### **c.1) origem sócio-profissional e de classe**

---

<sup>3</sup> Algo parecido pode ser encontrado também em Keller, 1971, p. 160.

Esta é a variável que mais recebe atenção dos estudos sobre elites políticas (Fleischer, 1976, 1981; Fernández, 1970; Santos, 2000; Keller, 1971; Micelli, 1991; Rodrigues, 2002; Love, 1982; Love e Barickman, 1991; Cayrol e Perrineau, 1982; Braga, 1988). Trata-se de um tema importante porque nos permite trabalhar com as seguintes questões recorrentes na literatura: 1) quão estreita ou quão ampla, isto é, quão democrática ou quão “elitista” é a base de seleção das elites políticas (Mosca, 1939; Mannheim, 2001, p. 3); b) é possível estabelecer uma relação explicativa entre ocupação profissional e comportamento político?; c) existem “profissões” para a política, isto é, aquelas que favorecem a carreira política e o acesso aos cargos políticos?

Há uma grande arbitrariedade nas definições das profissões. Quanto a este ponto, faço as seguintes observações:

### ***(i) A profissão/ocupação***

a) Um cuidado metodológico é trivial: deve-se tomar o cuidado (não tomado por Santos, 2000, p. 98, por exemplo) de se separar o “diploma” da “ocupação real” (ver, por exemplo, Love e Barickman, 1991, p. 6-7 e Rodrigues, 2002, p. 56). Essas coisas podem coincidir, mas não podemos tomar o diploma pela ocupação real.

b) Tomado esse cuidado, qual profissão deve ser registrada? Alguns autores, como Micelli, 1991, e Braga, 1988 e 2002, registram as diversas profissões durante a vida do indivíduo analisado<sup>4</sup>. Outros, como Rodrigues, 2000, p. 56, escolhem a “última ocupação antes de ser eleito para algum posto político”, a última profissão exercida pelo parlamentar (p. 78), que, aliás, pode continuar sendo exercida durante a atividade política.

Essas duas posições têm, a meu ver, vantagens e desvantagens. A primeira posição possibilita uma visão mais qualitativa da carreira do entrevistado, na medida em que fornece um retrato da “vida profissional” do agente e dá uma idéia melhor de sua “socialização profissional”. A maior dificuldade dessa estratégia residiria, talvez, na escassez de fontes. No caso das elites que estamos estudando (muito recentes), tenho dúvidas quanto à existência de informações sobre essas questões em fontes objetivas. A outra opção tem a vantagem de facilitar o trabalho, pois limita o acesso a uma única informação (a profissão no momento de entrada na carreira política). Aqui também pode-se registrar mais de uma profissão por ator, mas somente se ele estiver exercendo as duas no momento da entrada na vida política.

Outra saída interessante é a sugerida por Fleischer (1976, p. 21; 1981). Este autor optou, no caso específico das profissões, pela entrevista direta com os deputados e, eventualmente, com algum parente. Pediu ao entrevistado que elencasse as suas quatro profissões por ordem de importância (sendo está definida em termos da contribuição da renda propiciada pela profissão para a sustentação financeira do deputado e de sua família)

---

<sup>4</sup> Esta é também a sugestão do Adriano em sua ficha prosopográfica para os membros do Departamento Administrativo de Estado.

no momento de sua *primeira entrada* na Câmara dos Deputados (1976, p. 35). Acho essa opção muito interessante, pois “força” o entrevistado a revelar todas as suas profissões (em vez de se contentar em identificar apenas uma). Ao mesmo tempo, temos condição de escolher uma – a principal – para fazer a análise dos dados. No entanto, o estudo de Fleischer é longitudinal, isto é, abarca um longo período, ao passo que o nosso abrange apenas oito anos. Portanto, parece que, no nosso caso, o critério deve ser: as profissões exercidas, por ordem de importância, até o momento do cargo ocupado<sup>5</sup>.

De qualquer modo, seria interessante incluir no instrumento de coleta de dados algum item que nos revelasse se o político costuma exercer alguma outra ocupação além da exigida pelo seu cargo político, como faz Putnam (1993, p. 43). Além de fornecer mais um dado sobre profissão (e, agora, no momento mesmo do exercício do cargo político e não mais limitada ao momento de entrada na carreira política), também nos forneceria algum indício sobre o grau de profissionalização da atividade política.

Dito isso, como elencar as profissões?

c) Em geral (ver Rodrigues, 2000 e Braga, 1988) após um estudo aprofundado dos membros da elite, os autores elaboram as suas próprias listas de ocupação e distribuem os atores de acordo com os seus interesses de pesquisa. Rodrigues utilizou duas fontes: *Repertório Biográfico* feito pela CD e a declaração de rendas; Braga utilizou dados de repertórios biográficos e dados fornecidos por diversas instituições governamentais (1988, p. 30). O primeiro “identificou” quatro “segmentos profissionais” predominantes: setor empresarial, profissões liberais, funcionalismo público e magistério (Rodrigues, 2000, p. 51). A partir daí, destrinchou cada um desses setores em atividades menos agregadas: empresários do setor urbano, do setor rural, do setor rural/urbano; médico, engenheiro, professores de terceiro grau, do segundo grau etc. (ver p. 59) e, por fim, as profissões claramente minoritárias. Ele ainda abriu um espaço para o “político profissional”, isto é, aquele que muito jovem entrou para a política e nunca exerceu qualquer outra profissão.

Braga (1998, p. 71), estabelece três grandes setores: “proprietários”, “profissões intelectuais” e “profissões manuais”, também cada uma delas se dividindo em diversos grupos. Cayrol e Perineau (1982, p. 96-99), por sua vez, identificam três grandes setores (embora não digam qual o critério para definir a profissão dos membros da “elite governante”): classe alta (industriais, homens de negócios importantes, profissionais, pessoal de gerência e professores); classe média (artesãos, comerciantes, professores de escola elementar e empregados); classe trabalhadora (trabalhadores, empregados agrícolas e empregados do setor de serviço).

Fleischer (1976), utiliza a seguinte listagem, em grande parte baseada no censo nacional: Agricultura (extração, indústria rural, serviços rurais); Comércio (comércio de

---

<sup>5</sup> Mas aqui surge um problema. Suponha que um indivíduo tenha sido secretário de Estado em 1996, tenha saído em 1997 e voltado a ser secretário de Estado em 1999. Neste caso, qual seria o cargo de referência? Imagino que o cargo exercido no segundo período do governo Lerner, pois assim incluiríamos o cargo no período anterior como “último cargo”. Mas e se o cargo do segundo período for menos importante que o do primeiro, por exemplo, secretário de Estado no primeiro período e deputado suplente no segundo? Não sei se esses casos existem, estou só antecipando alguns eventuais problemas.

mercadoria, seguro, hotéis, entretenimento, contabilidade); Negócios bancários e financeiros (desenvolvimento de propriedades, construção civil, investimentos, planejamento e administração); Judicial (juizes e empregados do judiciário, advogados distritais e promotores); Advogados (somente os militantes); outras profissões liberais (engenheiros, agrônomos, veterinários, agrimensor etc.); Professores (todos os níveis, público e privado); outras profissões (assistentes sociais, economistas, cientistas sociais, religiosos etc.); Funcionários públicos (todos os níveis (federal, estadual e municipal); Militares (exército e polícia militar); Indústria/transporte (ocupações manuais) (21, nota 1).

McDonough (1981, p. 58, nota 5 e p. 60) apresenta uma lista de sete categorias que, assim como os outros autores, condensam diversas profissões. As categorias são as seguintes: trabalhador manual (trabalhadores rurais e urbanos, qualificados ou não); não-manual rotineira (funcionários públicos de baixo escalão, professores primários, vendedores, recrutas), classe média (lojistas, professores de segundo grau, funcionários públicos de nível intermediário), profissional (médicos, advogados, engenheiros, contadores, professores universitários), indústria/finanças, proprietários de terra, alto escalão militares/político. Essas três últimas categorias são chamadas pelo autor de *upper class*.

Como se percebe, cada um faz a sua lista de acordo com seus interesses de pesquisa e a partir de dados coletados em fontes diversas. Fiz essa longa digressão porque, creio, temos duas saídas. Caso utilizemos um questionário, podemos deixar que as pessoas respondam abertamente qual é sua profissão, sem constrangê-las a optarem por uma ou outra categoria previamente definida por nós e, depois, codificá-las e reuni-las de acordo com os nossos interesses. A meu ver, faria um agrupamento que privilegiasse o critério “classista” (isto é, relações com os meios de produção) e que impedisse classificar alguém como “agricultor”, seja ele lavrador ou latifundiário. Algo que poderia ter o seguinte perfil:

- I. Proprietários rurais: (pequeno, médio e grande)
- II. Proprietários urbanos (comércio e indústria): (pequeno, médio e grande)
- III. Proprietários mistos: (pequeno, médio e grande)
- IV. Profissionais liberais: qualquer atividade autônoma prestadora de serviços
- V. Professores: (todos os níveis)
- VI. Advogados militantes
- VII. Profissões manuais (trabalhador rural e urbano, qualificado ou não)

Como faz Fleischer, qualquer indivíduo que declarar mais de uma profissão, podemos tomar para análise aquela declarada como *principal* do ponto de vista de sua importância para o sustento do indivíduo e de sua família.

Por fim, quanto a este ponto, vale a pena fazer a seguinte observação. A princípio, acreditava que, em função da nossa pesquisa ter como objeto de estudo a elite política num curto período de tempo, não poderíamos discutir problemas relativos à evolução desse grupo no tempo. De fato, para várias questões isso é impossível pelo simples fato de não estarmos fazendo um estudo longitudinal (isto é, dedicado a um longo período histórico que nos permita acompanhar a evolução de uma população no tempo). No entanto, seguindo uma indicação de McDonough (1981, p. 69, figura 1.3), podemos fazer uma análise das profissões por coorte de idade e ter uma idéia, mesmo dentro do nosso pequeno universo e do curto período por nós analisado, quais são as profissões que predominam por geração. Isso nos daria uma *indicação* da evolução da atividade profissional na elite político. Insisto: seria apenas uma indicação, pois não teríamos nenhuma evidência contundente sobre os membros da elite política em épocas anteriores.

***(ii) A faixa de renda:***

Até este momento, não encontrei qualquer texto que trabalhasse com essa informação. Isso se deve, certamente, ao fato de que nenhum desses estudos (à exceção e Cayrol e Perrineau) entrevistaram os seus objetos de estudo. Essa informação é importante porque ela “cerca” um pouco mais a “condição social” do ator. Uma forma de se testar as informações obtidas para a profissão é ver o montante de renda. No questionário aplicado aos conselheiros, apresentamos uma seqüência de faixa de rendas em que o entrevistado indicava em qual se encaixava. Essa informação acoplada à informação sobre “profissão”, nos termos em que Fleischer a define, parece-me cercar razoavelmente bem a “posição econômica” do entrevistado.

***(iii) A faixa de patrimônio:***

Essa variável é utilizada por Rodrigues, 2000, tendo como fonte de informação a declaração de bens (e não de renda) que os candidatos apresentam no TRE. Creio ser uma boa fonte de “controle” das informações fornecidas num eventual questionário. Há aqui, entretanto, um problema. Suponhamos que identifiquemos uma clara contradição entre dados apresentados pelos entrevistados e dados contidos nas declarações. Como proceder? Como utilizar essa informação? Uma saída seria não incluir questões relativas à ocupação profissional e, como Rodrigues, fazer uma codificação a partir exclusivamente dos dados das declarações. A vantagem seria a diminuição do questionário a ser aplicado; a desvantagem é a confiabilidade das fontes (embora essa desvantagem exista, no nosso caso, para qualquer fonte utilizada).

**c.2) escolaridade (nível, curso, instituição)**

Informações sobre a escolaridade nos permite discutir três questões gerais: a) o nível de escolaridade é um atributo necessário para ter acesso à elite política; b) há algum tipo de formação educacional que favorece a carreira política; c) a educação (o curso e a instituição em que é realizada) é um lugar de socialização política e, se for, produz uma elite política homogênea ou não? Trata-se de saber aqui:

- nível de escolaridade
- se superior, em que se formou, em que escola e quando.

## **2. RECRUTAMENTO POLÍTICO.**

Falemos agora um pouco mais sobre o “recrutamento político”. O recrutamento é um sistema de seleção formado por diversas barreiras. O objetivo é identificar algumas “avenidas” por meio das quais este se dá (partidos políticos, burocracia, interconexões pessoais e institucionais etc.). Na sua esmagadora maioria, os estudos sobre recrutamento de elite, de uma forma ou de outra, remetem-nos a esses itens. Eles comporiam aquilo que McDonough chama de “a questão do recrutamento no sentido convencional” (1981, p. 17). Para ser um pouco mais preciso sobre a natureza dos itens aqui presentes e sobre a conexão entre eles, lanço mão aqui de algumas importantes considerações de Putnam (1976).

O capítulo terceiro do livro de Putnam é totalmente complementar ao anterior. No procedimento descrito acima iremos identificar quais são os atributos socioeconômicos que um indivíduo precisa ter para ter acesso à elite. Mas, como bem lembra Putnam, nem todos os detentores desses atributos farão parte da elite. Ou seja, uma outra seleção ainda se faz necessária. Como são escolhidos, dentre os elegíveis, os que ocuparão os postos de elite? Enfim, na parte anterior identificamos o que um indivíduo precisa ter para chegar lá (quais atributos socioeconômicos); agora queremos saber por onde ele deve “caminhar” para atingir aquela posição. A resposta a essa questão passa por um estudo dos mecanismos de recrutamento político. Segundo Putnam, existem três elementos centrais que compõem um mecanismo de recrutamento: 1) os “canais” pelos quais um indivíduo deve passar para chegar ao topo (as “avenidas” de Giddens); 2) os “seletores”, isto é, “portões” e “porteiros” que ele irá enfrentar uma vez dentro desses canais e, por fim, 3) as “credenciais” que ele será obrigado a apresentar para ser aceito (1976, pp. 46-47). Esses canais são, na maioria das vezes, as instituições (partidos políticos, burocracia, instituições educacionais etc.) que os indivíduos precisam percorrer para chegar ao topo. Putnam lembra que esses “canais” podem ser mais ou menos permeáveis (47-51). Os “seletores” são aqueles mecanismos institucionais ou agentes que escolhem quem irá adiante. Podem também ser de diversos tipos, dependendo da sociedade e do sistema político. Por exemplo, o partido político é um seletor importante quando é nessa instituição que se decide quem serão os candidatos a serem submetidos a um outro seletor: o eleitorado. As coalizões políticas são importantes seletores na escolha dos secretários de Estado etc. (56-57). Esses seletores definem quais são os atributos que o indivíduo deve ter e, portanto, em grande medida o tipo de elite que uma sociedade terá. Perante o “seletor” o indivíduo terá que mostrar suas credenciais. Essas podem ser de dois tipos, como vimos, atribuídas e conquistadas. As conquistadas são de diversos tipos: habilidade técnica, habilidade política,

vínculos familiares, vínculos institucionais, fidelidade e confiabilidade política, adesão à ortodoxia ideológica etc. (57-64).

A nosso ver os “canais” podem ser identificados fundamentalmente pelo item “a” (trajetória política). A análise sistemática desses dados nos revelarão quais caminhos político-institucionais um indivíduo deve percorrer para chegar ao topo; que postos ele ocupa antes disso? Quanto tempo ele fica em cada posto? Ele passa por uma diversos postos ou pula de um mais baixo para um no topo na escala? Essas são algumas questões que a pesquisa poderá nos responder, revelando o caráter estruturado ou fluído, abrangente ou estreito do sistema de recrutamento. Os “seletores” também podem ser revelados pela trajetória política. Por exemplo, se descobrirmos que um indivíduo só chega a secretário de Estado se for filiado a partido político, podemos dizer que esta instituição é um importante seletor; se os mais votados são sempre líderes partidários, então o voto do eleitor é um importante seletor etc. As credenciais podem ser reveladas por todos os itens do primeiro ponto deste texto (“dados socioeconômicos e familiares”, incluindo, é claro, a educação). Como diz Putnam, “as credenciais dos aspirantes à liderança podem ser indiretamente inferidas examinando-se os traços distintivos dos candidatos bem sucedidos” (1976, p. 64). Por meio desses itens identificaremos, caso existam, as credenciais pessoais, econômicas, educacionais, familiares, políticas, sociais, institucionais dos que foram bem sucedidos no processo seletivo. Com um conhecimento desses mecanismos podemos conhecer algo sobre o tipo de elite que temos e sobre a que “seletores” essas elites são responsivas (Putnam, 1976, p. 68-70).

#### **a) trajetória política**

Como diz Fernández, “... é importante ter em mente que as elites não aparecem espontaneamente no universo político, mas são produzidas pelo processo de socialização política existente dentro do sistema. Esses esforços de socialização política são amplamente caracterizados pelo crescimento de instituições políticas manifestas e especializadas que desempenham funções de orientação política que provavelmente afetam o ambiente e as atitudes da elite política” (1970, 61).

A trajetória política é um elemento fundamental do processo de recrutamento. A questão aqui é a seguinte: há um caminho político que um indivíduo deve seguir para chegar a determinados postos de comando? Quais as características desse caminho, isto é, das instituições pelas quais ele tem que passar? De que modo podemos vincular isso ao seu comportamento político? Qual o papel do partido político nesse processo? Os indivíduos têm carreiras políticas iniciadas e permanentemente vinculadas ao seu local de nascimento ou não, isto é, há ou não “localismo” na política paranaense?

Em geral o que se procura saber aqui é qual a carreira política prévia antes do cargo ocupado no momento da análise. Santos (2000, pp. 102 e ss.) divide seus “cargos prévios” entre “cargos executivos eletivos (presidente/vice, governador/vice, prefeito/vice, sem passagem)”, “cargos legislativos” (senador, deputado federal, estadual, vereador, sem passagem), “cargos executivos não-eletivos” (federal, estadual, municipal, sem passagem), por legislatura. Fleischer (1976, p. 41 e ss.) escolhe uma lista de cargos parecida (alto cargo federal, outro cargo federal, governador e vice, secretário de Estado, deputado estadual, outro cargo estadual, prefeito ou vice, vereador, outro cargo municipal) que devem ser

ocupados antes da **primeira entrada** do político na Câmara dos Deputados (pois se trata de carreira prévia à Câmara). Além disso ele pergunta aos deputados qual foi o primeiro e o último cargo ocupado antes de entrar na Câmara. Esta última questão é interessante, pois permite ter uma idéia mais precisa da carreira do político, isto é, há informação não apenas sobre os cargos ocupados previamente, mas também em que ordem foram ocupados. A meu ver, acho importante incluir outras questões para a carreira política:

- *se a família tinha atividade política (já presente no primeiro bloco)*
- *se ocupou cargo de direção partidária e quantas vezes.*
- *qual a filiação partidária no início do governo*
- *qual a filiação partidária no final do governo*
- *qual a quantidade de partidos durante o período analisado*
- *se a indicação como candidato a cargos eletivos passa por prévias partidárias ou outra informação que nos revele a importância do partido nesse processo.*

Vários estudos insistem na importância do partido como “primeiro eleitor” (Rodrigues, 2002; Fernández, 1970, p. 51 e ss.). Aqui o problema é saber em que medida um indivíduo se apresenta como candidato para cargos eletivos em função do seu “capital pessoal” ou em função do seu “capital político investido”, para usar o terminologia de Bourdieu (1989, p. 191 e ss.), isto é, em função de sua “notoriedade” ou de seu pertencimento a uma máquina partidária. Isso nos daria indicações sobre a institucionalização dos procedimentos de escolha de candidatos. Além disso, se o partido se mostra como força importante na seleção prévia dos candidatos, então podemos dizer, seguindo a sugestão de Mosca, que este agrupamento minoritário é força fundamental no controle do processo político democrático exatamente por definir o “cardápio” de opções a disposição dos eleitores. Se os outros dados revelarem que um determinado indivíduo tem vários laços de parentesco, sociais e institucionais importantes no mundo político, econômico e social e que o partido a que ele pertence é sabidamente um partido pouco institucionalizado, podemos utilizar a diferenciação sugerida por Fernández entre formas “latentes” e “manifestas” de recrutamento. Segundo ele, na Argentina, alguns partidos indicam candidatos (recrutamento manifesto) que são, na verdade, “indicados” pela sua notoriedade pessoal, pelo peso das relações sociais que cultiva e controla, enfim, por sua condição de *caudillo* (Fernández, 1970, pp. 51-2).

- *a quantos partidos pertenceu até o momento da pesquisa*
- *como foi o acesso ao primeiro cargo (indicado por prévia partidária, nomeado, convidado etc.).*
- *quando eleito, elege-se pela região onde tem base política ou por voto disperso pelo estado?*
- *idade em que ocupou o primeiro cargo político*
- *idade em que ocupou o último cargo político (estas duas últimas questões nos diriam algo sobre a experiência, a expertise política da elite em análise e a direção de sua trajetória).*

## **b) vínculos sociais e institucionais (conexões intra e extra-elite)**

Braga (1988 e 2001) é um dos poucos autores que se preocupa com a identificação dos vínculos institucionais dos membros da elite política. Os vínculos institucionais analisados por este autor são, sobretudo, aqueles com entidades de classe. Este é, a meu ver, um ponto importante, pois pode confirmar ou qualificar os dados relativos à “origem social” e à “ocupação” do entrevistado. Além disso, são dados que têm valor em si, pois mesmo que os vínculos institucionais não confirmem os dados anteriores, eles constituem uma informação sobre o tipo de inserção institucional que pode afetar o comportamento do parlamentar ou do burocrata. No entanto, poucos trabalhos analisam estes dados. O único estudo de que me lembro que coleta esses dados de forma sistemática, quantificando-os, é o de Floyd Hunter, *Community Power Structure: A study of Decision Makers*, publicado em 1953. Neste livro, Hunter pergunta aos entrevistados se eles tem alguma relação social com nomes de “poderosos” da comunidade, apresentados em uma lista. A partir desses dados ele faz um “sociograma” que revela a intensidade dessas relações (no caso, mostra que os mais poderosos se relacionam mais intensamente entre si).

Quanto aos “vínculos institucionais”, poderíamos elaborar uma lista com o nome das principais entidades de Curitiba (econômicas, religiosas, de classe, política) e perguntar aos membros da elite duas coisas: a) se eles pertencem a essas entidades b) se eles tem algum tipo de relação com a sua diretoria.

Quanto aos “vínculos sociais”, podemos fazer uma lista que inclua as principais “personalidades” do mundo econômico, religioso, político etc. do Paraná no período analisado (incluindo os diretores das entidades listadas para o quesito “vínculo institucional” e lideranças políticas de expressão) e perguntar aos membros da elite política duas coisas: a) se têm alguma relação (parentesco e/ou amizade) com esses indivíduos; b) qual a intensidade dessa relação (eventual, regular, permanente, por exemplo). Peter McDonough é um dos autores que explicitamente defende a importância desses vínculos para se entender a consolidação do poder e o processo de mobilidade social que a estrutura de poder no Brasil permite (1981, p. 22-24). Love e Barickman (1991, p. 10 e nota 8) insistem também na importância dessa variável para se entender o processo de recrutamento e o grau de coesão da elite política. Vale observar que esses dados, pelo que pude ver, prestam-se a um tratamento estatístico mais complexo que a maioria dos outros, com a elaboração de diagramas bastante complexos e de difícil entendimento (ver McDonough e Hunter). Quanto a esse ponto, seria interessante contar com a ajuda de um estatístico para saber como elaborar a questão e como registrar os dados.

### **3. VALORES POLÍTICO-SOCIAIS.**

Este bloco de questões pretende, em termos gerais, identificar aquilo que os membros da elite política no período indicado pensam, isto é, suas crenças e valores acerca de um conjunto de objetos políticos e sociais. As crenças, como lembra Dahl (1997, 128), são importantes porque se constituem não apenas num conjunto de idéias, mas também num aparato cognitivo a partir do qual os indivíduos “lêem” o mundo em que vivem e se conduzem nele (ver também Putnam, cap. 4). Sendo assim, o estudo das crenças dos ativistas políticos ou, para ser mais restrito, da elite política (isto é, no nosso caso, daqueles diretamente engajados no exercício de cargos importantes) torna-se ainda mais relevante, pois supõe-se que esse grupo tenha crenças políticas muito mais articuladas do que aquelas partilhadas pelo grande público e que, portanto, estabelecem entre a sua conduta e suas

crenças uma relação mais íntima do que a existente nos indivíduos desinteressados pela política. Enfim, não parece difícil justificar a análise das crenças dos que são mais atuantes politicamente: de um lado, trata-se de um grupo que interfere diretamente nas decisões públicas; de outro, acredita-se que esse grupo é portador de crenças políticas e sociais mais articuladas que, ao lado de sua origem social e do contexto institucional em que agem, estruturam as escolhas dos seus membros (Dahl, 1997, 170; Lima e Cheibub, 1995, p. 32-36).

Vale a pena observar também que há uma íntima conexão com os itens do bloco anterior. Enquanto nos blocos anteriores trabalhamos com questões de natureza “objetiva” (estrutura social e instituições de recrutamento político), aqui trabalharemos com questões de natureza subjetiva, isto é, quais são as motivações e crenças que levam um indivíduo a perseguir o poder. Desse modo, como mostra Putnan nos capítulos 2, 3 e 4 do seu livro, um indivíduo, para ser membro da elite precisa, primeiro, possuir determinados atributos socioeconômicos, em seguida, precisa ser selecionado pelo sistema de recrutamento, mas, além disso, precisa estar “motivado” a perseguir o poder político. Essa motivação nascerá de suas crenças, de seu modo de ver o mundo, do processo de socialização pelo qual ele passou.

Faço minhas as sugestões de Putnan. Para este autor, ainda que seja útil saber a opinião dos líderes sobre questões localizadas, mais importante é identificar aquilo que ele chama de a estrutura do “sistema de crenças” da elite, que ele identifica a partir de quatro orientações básicas: *cognitivas* (como o indivíduo acha que o mundo funciona), *normativa* (como ele acha que deveria funcionar), *inter-pessoais* (qual sua avaliação em relação aos outros participantes do jogo) e *estilística* (saber que “estilo político” um sistema de crenças gera) (1976, p. 80 e ss.). Para ele, é importante adotar essa perspectiva, primeiro, porque um conhecimento sobre opiniões isoladas é pouco útil, pois permite pouca previsão, ao contrário da identificação dos valores fundamentais que compõem a crença política da elite; além disso, esse “sistema de crença” forma, na verdade, uma espécie de filtro seletivo que facilita a discussão pública de determinadas questões e dificulta a de outras (80 e 104). Além disso, esse tipo de orientação – que enfatiza os valores básicos em vez das opiniões tópicas – nos permitira discutir o problema central da “socialização política”. Por exemplo, tentar vincular as crenças ao sistema de recrutamento, às instituições pelas quais os indivíduos passam até chegar ao topo da elite, questão esta amplamente discutida por Putnam durante todo este capítulo. Note-se ainda, como observa o mesmo Putnam (1976, p. 115), a questão dos valores está intimamente ligado ao problema da “estrutura da elite”, isto é, se se trata de um grupo coeso ou fragmentado<sup>6</sup>. Na verdade, o problema da coesão da elite passa por diversos fatores (homogeneidade da origem social, relações inter-pessoais, relações de confiança e solidariedade, contexto institucional, ver Putnam, 1976, pp. 110-22), mas Putnam parece ter razão ao dizer que o consenso (ou não) em torno dos valores políticos (seja tanto em relação a questões procedimentais mais abstratas, como em relação a questões mais tópicas de políticas públicas) é central para esse problema. É aqui que poderemos identificar elites cooperativas, competitivas ou coalescentes, isto é que, que são portadores de valores que conduzem à competição, à cooperação ou a uma mistura das

---

<sup>6</sup> Este é o problema clássico colocado pelas considerações de Gaetano Mosca sobre a classe política. Como dizia Mosca, esse grupo é marcado por determinadas qualidades comuns que geram nele um “único impulso” para a ação. Vale lembrar, contudo, que as considerações de Mosca sobre a classe política das sociedades parlamentares permitem dizer que este autor não tinha uma idéia pré-concebida sobre a estrutura da classe política.

duas coisas. Ora, como ele mesmo mostra, isso têm efeitos fundamentais sobre a estabilidade e eficiência do grupo e também sobre o grau de oligarquização que caracterizará este grupo<sup>7</sup>.

A minha sugestão é que este bloco do questionário toque num leque razoavelmente amplo de questões e não se limite a saber as posições dos entrevistados sobre políticas específicas, tal como fazem, por exemplo, McDonough (1981, 138-206) ou Fernández (1970, p. 5 e cap. 6). Nesse sentido, não creio que devamos nos limitar a saber qual a opinião do deputado ou do secretário de Estado sobre a privatização da Copel, a reforma do estatuto da polícia civil ou qualquer outra política particular. Certamente, questões sobre políticas específicas devem entrar no questionário, desde que sirvam ao objetivo mais geral do mesmo no que concerne a este bloco de questões, qual seja, saber o grau de adesão dos membros da elite política a um elenco mais amplo de valores políticos e sociais ou se eles se filiam ao campo da direita ou da esquerda dentro do espectro político. Dentro desse espírito, sugiro dividir esse tema em três partes, a saber: democracia política, democracia econômica, democracia social<sup>8</sup>.

Justifico essa escolha da seguinte maneira.

Primeiro, no que diz respeito ao primeiro item – democracia política –, poderíamos dialogar com a parte mais tradicional da literatura. Neste ponto trata-se de saber, entre outras coisas, o grau de adesão dos membros da elite política às instituições básicas da “poliarquia”. Seguindo a sugestão de Dahl, buscaríamos saber se esses indivíduos possuem crenças que favorecem ou dificultam a consolidação deste regime político (Dahl, 1997, p. 131 e ss.). Além disso, podemos colocar questões que visem saber em que medida os membros da elite aceitariam instituições políticas mais participativas, que, em certa medida, quebrassem o monopólio que deputados, governador e burocratas têm sobre o processo decisório.

Segundo, os outros dois pontos – democracia econômica e social – tornariam possível discutir com parte da literatura que se interessa em saber se é possível identificar na elite política outros modelos de democracia, isto é, modelos que apontem para concepções mais substantivas desse sistema (igualdade social e econômica). É aqui que, imagino, entram questões relativas à relação entre liberdade e igualdade, à relação entre propriedade e democracia, ao problema das políticas afirmativas etc. Creio que, se combinarmos esses elementos, podemos fazer com que o espectro “direita-esquerda”, em geral adotado pela literatura que discute a ideologia das elites políticas, seja mais qualificado, isto é, permita-nos indicar até onde vai a nossa direita e até onde vai a nossa esquerda. De saída, sugiro que, em algum momento, seja inserida uma ou mais questões que nos permitam saber em que condições os membros desse grupo aceitariam a suspensão das liberdades democráticas típicas (ameaça direta ao direito de propriedade, aos valores religiosos, ascensão política dos setores populares etc.).

---

<sup>7</sup> Certamente, não é possível separar inteiramente o problema dos valores dos outros problemas que afetam o grau de coesão da elite. Contudo, neste caso, parece que os valores da elite política estão muito mais estreitamente vinculados ao contexto institucional em que elas agem e são socializadas do que na origem social de seus membros.

<sup>8</sup> As questões sobre “valores políticos” encontradas nas obras lidas, e muitas delas reproduzidas abaixo, se preocupam essencialmente com esses três tópicos, embora nem sempre sejam apresentadas nesses termos. Isso se repete também nos exemplos apresentados no quarto capítulo do livro de Putnam.

Terceiro, vários autores (Putnam, 1993, cap. 2; Lima e Cheibub; Reis e Cheibub, 1995; Cheibub; Cheibub, 1995; Searing, 1987, 115 e ss.) sugerem um elenco de questões calcado exatamente nessa ampla perspectiva. Esses autores não pretendem apenas saber qual a avaliação que os membros da elite política fazem de determinadas políticas – embora essa questão também esteja presente –, mas sim abordar um grande elenco de problemas, que vai desde a adesão ao capitalismo (ou ao *status quo* econômico e social, segundo outros), passando pela adesão à poliarquia (ou adesão às regras do jogo) até a avaliação que eles fazem de políticas mais inclusivas (concordância ou não com políticas afirmativas). Esta estratégia, portanto, não é incomum na literatura.

Por fim, creio que a combinação desta parte do questionário com as questões relativas ao recrutamento, em especial aquelas voltadas para a carreira política, nos permitirá discutir uma das mais importantes e interessantes questões, qual seja, a do processo de socialização política (Searing, 1987). A intenção aqui é ver em que medida podemos estabelecer um vínculo explicativo entre um determinado tipo de trajetória política (dados sobre carreira política e educação são importantes aqui) e um conjunto de crenças. O ideal, desse ponto de vista, seria saber se aqueles que se envolvem politicamente (isto é, que têm um alto grau de engajamento político) têm crenças diferentes (na qualidade e na intensidade) das crenças dos que não se envolvem ou se envolvem menos. Infelizmente, o nosso universo de entrevistados não permitirá essa comparação e não creio que teríamos fôlego para isso. De qualquer modo, alguma comparação será possível entre os diversos setores da elite e, se incluirmos setores não políticos da elite, a comparação com base no engajamento pode ser feita em alguma medida.

Apresento abaixo, uma lista de sugestão de questões relativas aos três temas que sugeri acima (democracia política, social e econômica). Essas questões foram tiradas de alguns textos e têm apenas a intenção de iniciar a discussão e, caso alguma delas sejam incorporadas ao questionário, teriam certamente que ser adaptadas ao nosso contexto. Além disso, teríamos que pensar também na melhor estruturação possível do questionário. Fiz algum esforço nesse sentido, mas longe do suficiente.

### **a) Questões sobre democracia política**

#### *índice de valorização das instituições poliárquicas<sup>9</sup>*

1- “Na sua opinião, o Brasil é atualmente uma democracia?” (as questões de 1 a 5 foram retiradas de Lima e Cheibub, p. 5 e ss.; Reis e Cheibub, p. 40, nota 8. Logo abaixo das questões estão algumas observações minhas ou as alternativas utilizadas pelos autores)

[Esta questão visa captar a percepção da elite sobre a situação política geral do Brasil]<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Autores como Lima e Cheibub; Cheibub, 1995 e Searing, 1987, trabalham com índices. Esses índices, pelo que pude perceber, constitui-se de um bloco de questões sobre um mesmo tema. Esse primeiro índice não foi encontrado em nenhum dos textos como um bloco separado, mas acho que poderíamos adotá-lo.

<sup>10</sup> Obviamente, teríamos que adaptar essas questões ao Paraná. Isso não coloca problemas teóricos, pois, como lembra Dahl, as questões relativas à poliarquia podem ser facilmente colocadas para unidades sub-nacionais e mesmo para organizações não estatais. Cf. Dahl, 1997, p. 34.

2- “Na sua opinião, quais são os grupos e instituições que se constituem nos principais obstáculos à democracia?” (p. 5).

3- “Percepção da influência política dos diferentes grupos e atores sociais” (6)

[Aqui, utilizando uma escala que vai de 0 (nenhuma influência), 1 (pouca influência), 2 (muita influência), 3 (influência decisiva) (ver p. 6 e p. 8, gráfico 1), pediu-se ao entrevistado para localizar o seu grupo e os demais nessa escala. Os grupos escolhidos “representam interesses constitutivos do jogo democrático, assim como algumas instituições que compõem o núcleo central de um regime poliárquico” (**imprensa, televisão, congresso nacional, bancos, partidos políticos, grandes proprietários rurais, organizações financeiras internacionais, empresas multinacionais, igreja católica, associações empresariais, empresas nacionais, sindicato dos trabalhadores, técnicos do governo judiciário, movimentos populares, militares, cientistas e intelectuais**) (6).

4- “Percepção do poder que os diferentes grupos e atores sociais *deveriam* ter” (p. 10 e ss, gráficos 2 a 5).

[O objetivo dos autores aqui é ver a diferença entre “influência de fato” e a “influência desejada” em cada um dos setores de elite pesquisados pelos autores. A constatação interessante, do ponto de vista dessa primeira dimensão da democracia, é que, em todos os setores, as instituições típicas da poliarquia deveriam ter mais influência do que, na percepção desses grupos, de fato têm (11)].

#### **Observação:**

Tanto na questão 4 como na questão 5 poderíamos incluir os setores da elite que estamos entrevistando e, desse modo, ter uma noção de como eles se percebem reciprocamente quanto à influência que exercem e a influência que deveriam exercer. Segundo McDonough essas percepções recíprocas funcionam como uma espécie de controle sobre as opiniões que os grupos tem sobre si próprios (McDonough, 1981, 36-37).

5- “Na sua opinião, em que medida os grupos abaixo contribuem para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil” (11).

[A resposta a essa questão gerou, segundo Lima e Cheibub, uma incongruência, pois revelou uma disparidade nos modelos de democracia. Vários setores de elite que avaliaram que o congresso e os partidos deveriam ser mais valorizados, isto é, ter mais

influência, não indicaram essas instituições como as que mais poderiam contribuir para o aperfeiçoamento da democracia (11-2)].

6- O controle do governo deveria passar de um partido a outro com frequência, em vez de um partido ter o controle por um longo tempo (Searing, 1987. Intensidade da concordância/discordância)<sup>11</sup>.

7- A concentração do poder nas mãos do Poder Executivo foi longe demais (adaptada de Searing, 1987. Intensidade da concordância/discordância).

8- Deveria haver mais oportunidades para os deputados questionarem o governador e os seus secretários sobre as suas atividades (adaptada de Searing, 1987)

9- A oposição deve ter o seu direito de criticar o governo garantido, não importa quão contundente seja essa crítica (adaptada de Searing, 1987. Intensidade da concordância/discordância).

10 - Não importa quão desagradável seja sua visão, qualquer homem tem direito a publicar suas opiniões e apresentá-las em discursos públicos (Searing, 1987. Intensidade da concordância/discordância).

11- Não importa qual seja a crença política de alguns indivíduos, eles sempre devem ter o direito de se organizar para promover a defesa de suas idéias (sugestão minha).

#### identificação ideológica

1- Tendo em vista algumas posições mais comuns que as pessoas utilizam para se descrever politicamente, o sr. se considera uma pessoa de:

---

<sup>11</sup> Em geral, nesse tipo de questão, pelo que pude perceber, prevalece amplamente o uso da *escala Likert*. Rensis Likert formalizou esse procedimento, que é operacionalizado da seguinte maneira: apresenta-se ao entrevistado uma curta declaração que sintetize uma determinada atitude frente a um determinado tema. Em seguida oferece-se ao entrevistado alternativas que visam captar a intensidade de sua discordância/concordância, aprovação/desaprovação etc. frente àquela declaração (por exemplo, “concordo fortemente”, “concordo”, “discordo”, “discordo fortemente”). Cf. Babbie, 1999, p. 189. Searing (1987, apêndice), sugere que se comece a questão pela alternativa que indica apoio às hipóteses do questionário. Esse tipo de questão me parece interessante também porque nos permite captar não apenas a existência de opiniões conflitantes no interior da elite em relação a algum ponto, mas também a intensidade desse conflito. McDonough segue essa lógica ao defender esse tipo de questão no seu livro, embora defenda não o uso de alternativas, mas uma escala de 0 (totalmente contra) a 100 (totalmente a favor) em que o entrevistado deve situar a sua posição frente a um determinado assunto (no caso, determinadas políticas públicas). Cf. McDonough, 1981, p. 176, nota 8 e p. 261, nota 27.

- a- direita
- b- centro-direita
- c- centro
- d- centro-esquerda (Cheibub, 1995).

[Aqui poderiam entrar questões que testassem a posição dos deputados sobre políticas hipotéticas ou realmente existentes de modo a testar a validade de sua auto-identificação ideológica. Cf. McDonough, 1981, p. 176, nota 8 e p. 261, nota 27. Putnam (1993, p. 43 e 46, tabela 2.2) sugere algumas questões para medir a posição do entrevistado no espectro “direita/esquerda”, mas tais questões não parecem ser muito adequadas ao Brasil atualmente. Nessas questões, ele sempre trabalha com a escala Likert (ver nota 4 abaixo)].

*índice de orientação diante da lei (respeito à lei)*

(respostas: intensidade da concordância/discordância)

1- A criminalidade chegou a tal ponto que seria absurdo a polícia cumprir à risca as normas legais

2- O respeito aos direitos humanos serve de pretexto para a impunidade (Cheibub, 1995 e Cheibub e Lima).

*índice de pragmatismo político (pragmatismo)*

(respostas: intensidade da concordância/discordância)

1- Um bom político nem sempre pode cumprir a lei

2- Mais que ser honesto, um bom político deve ser empreendedor (as questões 1 e 2 foram retiradas de Cheibub, 1995 e Cheibub e Lima)

3- A política é melhor entendida como ‘a arte do possível’ (as questões 3, 4 e 5 foram retiradas de Searing, 1987).

4- A cooperação confidencial entre governo e oposição é essencial para o funcionamento eficiente das decisões políticas

5- Fazer compromissos com os adversários políticos é perigoso porque normalmente leva à traição do seu próprio partido (esta questão, com a mesma finalidade, está em Putnam, 1993, p. 48, tabela 2.4).

6- Gostaríamos de saber quão próximo o sr. se sente em relação aos outros partidos e que o senhor situasse esses outros partidos numa escala de 0 (total antipatia) a 100 (total simpatia) (adaptada de Putnam, 1993, p. 44).

7- Nas controvérsias políticas, em geral devem-se evitar posições extremadas porque a melhor posição costuma estar no centro (Putnam, 1993, p. 48, tabela 2.4 – intensidade da concordância).

8- Em última análise, a lealdade aos concidadãos é mais importante do que a lealdade ao partido (Putnam, 1993, p. 48, tabela 2.4).

*índice de preferência por decisão democrática (decisão democrática)*

1- Do seu ponto de vista, ao fazer novas leis, o governo deveria levar em conta principalmente,

0- a opinião de pessoas que realmente saibam alguma coisa sobre o assunto

1- a opinião da maioria dos cidadãos (questões 1,2 e 3 tiradas de Cheibub, 1995).

2- Embora o ideal seja um governo eleito e eficiente, isto nem sempre é possível. Na impossibilidade de obtenção de ambos, o sr. acha que o mais importante é:

0- que o governo seja eficiente

1- que o governo seja eleito

3- É essencial dar mais peso a considerações técnicas que a fatores políticos na solução dos problemas econômicos e sociais contemporâneos (também em Putnam, 1993, p. 48, tabela 2.4):

0- concorda

1- discorda<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A terceira questão deste índice foi retirada de Cheibu, 1995.

4- As políticas públicas deveriam ser determinadas mais pela deliberação e consulta entre os políticos profissionais do que por instruções ou mandatos do eleitorado” (adaptada de Searing, 1987, apêndice. As questões 5 a 7 também foram retiradas deste texto).

5- O eleitorado deveria ter oportunidade de votar num referendun sobre problemas cruciais que afetam os negócios vitais da nação.

6- Num mundo tão complicado como o atual, não faz sentido falar de aumento do controle pelos cidadãos comuns sobre os negócios do governo.

7- Não é perigoso, mas essencial que o governo tome suas decisões políticas de forma privada.

8- Instituições que promovem a participação popular, como os conselhos gestores e o orçamento participativo, deveriam ter influência direta nas decisões políticas (sugestão minha).

9- Os cidadãos deveriam ter outros instrumentos, além do voto, para controlar as autoridades políticas (governador e deputados) (sugestão minha).

10- Relações de estreita colaboração entre um secretário de Estado e os grupos e setores mais afetados por suas atividades são impróprias e desnecessárias – discorda (adaptada de Searing, 1987).

11- As organizações empresariais não têm direito automático de serem consultadas sobre o processo de tomada de decisão que afetam seus interesses – discorda (adaptada de Searing, 1987).

12- As organizações sindicais não têm direito automático de serem consultadas sobre o processo de tomada de decisão que afetam seus interesses – discorda (adaptada de Searing, 1987).

*índice de aceitação do conflito social (conflito)*

1- os conflitos políticos normalmente resultam em prejuízo para a coletividade  
(respostas: intensidade da concordância/discordância)

2- o antagonismo entre os grupos sociais não é prejudicial ao interesse geral do país  
(respostas: intensidade da concordância/discordância)

3- indique três razões, por ordem de intensidade de sua preferência, em quais das condições abaixo o sr. aceitaria o fim da democracia (sugestão minha).

a- ameaça generalizada ao direito de propriedade por movimentos de esquerda

b- ameaça generalizada aos valores morais e religiosos de nossa sociedade

c- crise econômica com descontrole inflacionário

d- ameaça de guerra

e- mobilização popular excessiva

f- descontrole da corrupção

g- ameaça à ordem pela ação do crime organizado

h- ameaça generalizada de quebra da hierarquia nas instituições militares

i- etc.

*índice de opinião sobre a capacidade de escolha dos eleitores (elitismo)*

1- de um modo geral, o povo brasileiro não sabe votar

(resposta: oposição concorda/discorda) (questões 1 e 2 retiradas de Lima e Cheibub e Cheibub, 1995).

2- Na sua opinião, a maioria dos eleitores brasileiros:

0- freqüentemente vota de forma correta e sábia

1- é muito desinformada para fazer boas escolhas eleitorais<sup>13</sup>

**b) Questões sobre democracia social**

1- Embora liberdade e igualdade sejam extremamente importantes, imagine uma situação em que sejamos forçados a escolher uma ou outra. Neste caso hipotético, com qual das seguintes afirmações o sr. se identifica mais:

---

<sup>13</sup> Questões do índice de pragmatismo ao índice de elitismo foram retiradas de Lima e Cheibub.

a) forçado a escolher, ficaria com a liberdade pessoal, já que só ela evita arbitrariedades e propicia a todos a oportunidade de desenvolver suas potencialidades da forma que desejar;

b) forçado a escolher, ficaria com a igualdade já que só ela elimina privilégios e assegura que todos possam viver decentemente (As questões de 1 a 6 e a questão 8 foram retiradas de Reis e Cheibub, 1995. Na seqüência, indico as páginas e tabelas correspondentes. P. 42, tabela 3).

2- A seu ver quais os dois problemas mais importantes do Brasil atualmente? Mencione-os de acordo com a ordem de importância que o sr. lhes atribui

(inflação, educação e saúde, pobreza, governabilidade e gestão estatal, distribuição de renda, corrupção, recessão e desemprego, comportamento das elites, dependência externa, crise moral, outros políticos, outros econômicos, outros sociais) (Reis e Cheibub 43, tabela 4)<sup>14</sup>.

3- Neste cartão estão listados uma série de objetivos que diferentes pessoas ou grupos apontam como prioritários para o país a médio prazo. Por favor, indique, entre todos os listados, os dois mais importantes na sua opinião”.

(melhorar o nível educacional da população, reduzir o tamanho do Estado, erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade social, aumentar o nível de participação popular nas decisões políticas, assegurar a manutenção de um regime democrático, garantir o crescimento econômico continuado, integrar mais a economia do país ao mercado mundial, manter a ordem no país, completar o processo de integração com os países do mercosul, proteger o meio ambiente) (Reis e Cheibub 44, tabela 5).

4-Neste cartão estão listadas algumas razões que diferentes pessoas consideram como responsáveis pela existência de um grande número de pobres no Brasil. Gostaríamos que apontasse qual dessas razões o sr. considera a mais importante causa da pobreza.

(o não cumprimento das funções sociais do Estado, falta de vontade política para acabar com a pobreza, falta de consciência social das elites, o desenvolvimento econômico insuficiente do país, a prolongada recessão do país, a lógica inevitável do sistema capitalista, monopolização das oportunidades por poucos, a necessidade de concentrar a renda no nosso estágio de desenvolvimento, falta de empenho dos pobres) (45, tabela 6).

5- Gostaríamos agora que o sr. indicasse, dentre as iniciativas listadas neste cartão, as duas que mais contribuiriam para a redução da desigualdade no Brasil.

---

<sup>14</sup> Mantenho as alternativas originais apenas a título de informação que, eventualmente, poderá ser utilizada por nós.

(fazer uma reforma agrária, tornar os serviços públicos sociais mais eficientes, estimular o controle populacional, desregulamentar a economia, tornar o imposto de renda mais progressivo, ampliar os gastos públicos com programas sociais, garantir a participação dos empregados nos lucros das empresas, instituir um imposto sobre grandes fortunas).

6- Gostaríamos que o sr. avaliasse as seguintes políticas de acordo com as seguintes alternativas: viável e desejável, desejável mas não viável, viável mas não desejável, nem viável nem desejável.

(educação básica gratuita e universal, programa de construção de casas populares, acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, aposentadoria por tempo de serviço, seguro-desemprego para todos os trabalhadores, programas de distribuição de alimentos aos pobres, educação universitária gratuita, garantia de renda mínima para todos acima de 25 anos, aposentadoria para todos independente de contribuição previdenciária) (47, tabela 8).

7- Grupos historicamente desfavorecidos, como os negros, deveriam ser beneficiados com políticas especiais, como a política de cotas nas universidades e no serviço público (sugestão minha).

8- Há muitas opiniões sobre o significado da democracia. Para o senhor, qual a característica mais importante em uma democracia (pergunta aberta) (41, tabela 2).

(liberdade, participação política, igualdade de oportunidades, igualdade de direitos, tolerância, características institucionais do sistema político, respeito às decisões da maioria, igualdade substantiva/democracia social, representatividade do governo, respeito às leis e aos governantes, liberdade e igualdade, transparência, outras).

### **Observação**

A 2 e a 3 permitem ver se uma eventual opção por um modelo de democracia mais substantivo está de acordo com as percepções dos principais problemas.

A 4 e a 5 visam conjugar a identificação dos problemas com a identificação da solução dos problemas. A meu ver, as alternativas poderiam ser correspondentes. Por exemplo: avalia-se que uma fonte dos problemas é ineficiência do Estado; na outra questão coloca-se como alternativa para as soluções: “melhorar os serviços públicos”. A 6 também teria alternativas próximas, mas agora obrigaria os respondentes a classificá-las de acordo com a sua viabilidade e “desejabilidade”.

A questão 8 foi feita pelos autores como pergunta aberta. Acho que poderíamos fechar as alternativas, formando um elenco de temas em torno da “igualdade” (política, econômica e social) e da “liberdade” (política, econômica e social).

*índice de opinião acerca da distribuição de renda (distributivismo)*

1- Políticas de distribuição de renda prejudicam os mais competentes

(resposta: oposição concorda/discorda)

2- A insistência em distribuir a renda é a nova face do velho populismo

(resposta: oposição concorda/discorda)

3- Na sua opinião, políticas governamentais para remover a distribuição de renda:

0- em geral, provocam ineficiência econômica e devem ser evitadas

1- são necessárias mesmo que provoquem alguma ineficiência econômica (Lima e Cheibub).

4- Embora desenvolvimento econômico e distribuição de renda sejam extremamente importantes, imagine uma situação em que sejamos forçados a escolher uma ou outra. Neste caso hipotético, com qual das seguintes afirmações o sr. se identifica mais: a) forçado a escolher, ficaria com o desenvolvimento econômico, já que só ele cria as condições para que haja, depois, efetiva distribuição de renda; b) forçado a escolher, ficaria com a distribuição de renda, pois as condições econômicas atuais já permitem uma maior igualdade social (adaptada de Reis e Cheibub, 1995, 42, tabela 3 a partir de sugestões em McDonough, 1981, p. 39 e 138 e ss.).

*índice de opinião sobre hierarquia social (hierarquia)*

1- A melhor sociedade é aquela em que cada um sabe o seu lugar

(respostas: intensidade da concordância/discordância)

2- Sem hierarquias definidas nenhuma ordem se sustenta

(respostas: intensidade da concordância/discordância) (Lima e Cheibub).

**c) Questões sobre democracia econômica**

*índice de liberalismo econômico*

1- A complexidade da economia moderna torna necessária uma ativa coordenação por parte do Estado (as questões de 1 a 3 foram retiradas de Cheibub, 1995).

2- Sem a interferência do Estado o setor privado investiria mais.

3- Uma produção eficiente em grande escala requer a intervenção governamental.

*índice de defesa da propriedade privada* (sugestão minha)

1- Depois da queda do muro de Berlim, o capitalismo deve ser aceito por todos como o único sistema econômico viável (sugestão minha).

2- A igualdade econômica é um princípio fundamental da democracia (sugestão minha, tirada de Pateman, 1992, p. 61).

3- A propriedade privada é requisito necessário para o progresso econômico (tirada de Cheibub, 1995).

4- Só pode existir democracia onde existe livre iniciativa econômica (sugestão minha).

5- Ameaças generalizadas à propriedade privada constituem-se em razão suficiente para a suspensão das liberdades democráticas (sugestão minha).

6- Uma democracia verdadeira deveria ir além da escolha do governo pelos eleitores e deveria contemplar também a participação direta e plena dos trabalhadores na gestão das empresas em que trabalham (sugestão minha, tirada de Pateman, 1992, p. 60 e 61).

7- A propriedade privada é um princípio fundamental de nossa ordem social e por isso não deve ser sacrificada em nome de qualquer outro princípio (função social da propriedade, por exemplo, como previsto na Constituição Federal de 1988) (sugestão minha)<sup>15</sup>.

### **Observação**

Talvez fosse interessante sugerir alternativas simples de “discordar/concordar”, de modo a evitar a fácil saída do “concordar mais ou menos”. A minha intenção aqui não é tanto saber se os membros da elite aceitam algum tipo de intervenção estatal (como no

---

<sup>15</sup> O total de questões aqui relacionadas é de 63. Isso terá que ser significativamente diminuído, sobretudo se decidirmos por incluir a parte de recrutamento no questionário.

índice anterior), mas se o princípio da propriedade privada ocupa lugar de destaque na escala de valores desses indivíduos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989, pp. 163-208.
- BRAGA, Sérgio S. “Padrões de organizações das elites partidárias regionais no imediato pós-Segunda Guerra no Brasil (1945-1950) e as singularidades da Região Sul”. *História Unisinos*, vol. 5, n. 4, jul./dez/, 2001, pp. 261-297.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília, 2 vols., Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1998.
- CAYROL, Roland e PERRINEAU, Pascal, “Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France”. In M. M. Czudnowsky (ed.) *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 90-124.
- CHEIBUB, Zairo B. “Valores e opiniões da elite: notas sobre padrões de apoio a políticas sociais”. *Dados- Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 38, n. 1, 1995, pp. 57-70.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo, Edusp, 1997.
- FERNÁNDEZ, Julio A. *The Political Elite in Argentina*. New York, New York University Press, 1970.
- FLEISCHER, David V. “O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967”. *Revista de Ciência Política*, Vol. 24, n. 1, jan./abr. 1981, pp. 49-75.
- FLEISCHER, David V. *Thirty years of legislative recruitment in Brasil*. Center of Brazilian Studies, Johns Hopkins University, Washington D.C., August 1976.
- HUNTER, Floyd. *Community Power Structure: A Study of Decision Makers*. Garden City, Anchor Books, 1963.
- KELLER, Suzanne. *Mas alla de la clase dirigente*. Madrid, Editorial Tecnos, 1971.
- LIMA, Maria Regina S. e CHEIBUB, Zairo B. “Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [ver ano, volume e paginação no CD].
- LOVE, Joseph L. and BARICKMAN, Bert. J. “Regional Elites”. In CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D (eds.), *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*, Nebraska, The University of Nebraska Press, 1991, pp. 3-22.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, parte 3 (“A democratização da cultura”).

- MCDONOUGH, Petter. *Power and Ideology in Brazil*. New Jersey, Princeton University Press, 1981, pp. 17-51; 247-294.
- MICELI, Sérgio. “Carne e osso da política brasileira”. In B. FAUSTO (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, Difel, 1991, pp. 559-596.
- MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica*. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.
- PUTNAM, Robert. D. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey, Prentice Hall, 1976.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1993.
- REIS, Elisa P. e CHEIBUB, Zairo B. “Valores políticos das elites e consolidação democrática”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 1, 1995, pp. 31-56.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social.: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, Fabiano. “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99”. In *Elites políticas e econômicas no Brasil*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 89-117.
- SEARING, Donald D. “Political Involvement and Socialization in Great Britain”. In H. D. CLARKE e M. M. CZUDNOWSKI (eds.) *Political Elites in Anglo-American Democracies: Chances in Stables Regimes*. Illinois, Northern Illinois University Press, 1987, pp. 109-146.